



CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma

ATO N° 496/2003

Ementa

DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS OU DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO EFETIVO DE CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DO LEGISLATIVO - QPL.

**OBS.: REVOGA O ATO N°. 443, DE 08/04/1998.
REVOGADO PELO ATO N° 622/11**

Data da Norma

10/07/2003

Data de Publicação

Veículo de Publicação

Status de Vigência

Revogada

Observações

Autor: MESA



Câmara Municipal de Jundiaí
São Paulo

ATO Nº 496, DE 10 DE JULHO DE 2003

Dispõe sobre a realização de concurso público de provas ou de provas e títulos para provimento efetivo de cargos do Quadro de Pessoal do Legislativo-QPL.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

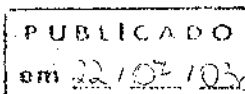
RESOLVE:

Art. 1º - O preenchimento das vagas existentes no Quadro de Pessoal do Legislativo-QPL dependerá de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos (artigo 37, incisos I a IV, da Constituição Federal, e artigo 17 da Lei Complementar nº 348/02), conforme a especificidade da função correspondente, adequado à verificação dos conhecimentos e da experiência requerida e dos títulos exigíveis ou desejáveis a seu exercício.

Art. 2º - Verificada a existência de vagas no Quadro de Pessoal do Legislativo e a conveniência do preenchimento de alguns cargos, o Presidente da Câmara Municipal nomeará uma Comissão de Concurso, composta por 5 (cinco) funcionários desse mesmo Quadro, com as seguintes atribuições:

I - Publicar o respectivo Edital, para cada concurso, de acordo com o estabelecido no art. 17, III, da Lei Complementar nº 348/02;

II - Acompanhar as inscrições, zelando pelo cumprimento do Edital e da legislação pertinente, especificando as condições prévias de qualificação dos candidatos para a função, esclarecendo os títulos, documentos e experiência exigidos;





(Ato nº 496/03 - fls. 02)

III - Presidir e dirigir todos os atos do concurso;

IV - Exigir relatório circunstanciado, justificando as decisões, critérios e procedimentos adotados pela empresa contratada, acompanhado da documentação relativa ao concurso.

§ 1º - A Comissão de Concurso, após regular certame licitatório, delegará à empresa contratada, especializada na realização de concursos públicos, todos os poderes para elaboração, aplicação e correção das provas teóricas e práticas, e demais atribuições previstas no Edital e em contrato, sob sua direção e presidência.

§ 2º - A Comissão, a seu juízo e de acordo com os critérios prévios que tenha estabelecido, poderá classificar um número superior de candidatos classificados ao número de vagas existentes, limitada a validade do concurso pelo prazo de 2 (dois) anos, prorrogáveis por igual período.

§ 3º - Compete a Comissão estabelecer o valor a ser cobrado pelas inscrições, de acordo com o estabelecido na Lei Complementar nº 348/02.

Art. 3º - A nomeação respeitará a ordem de classificação dos candidatos habilitados, obedecida a legislação em vigor.

Art. 4º - Aos candidatos serão assegurados recursos, na forma da legislação vigente - Lei Complementar nº 348/02, sendo certo que deverão ser apresentados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da publicação oficial das decisões.

Parágrafo único. Os recursos não poderão ser impetrados no tocante aos critérios de avaliação.

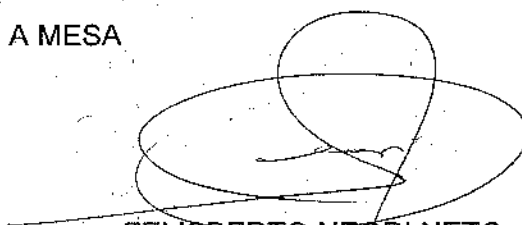


(Ato nº 496/03 - fls. 03)

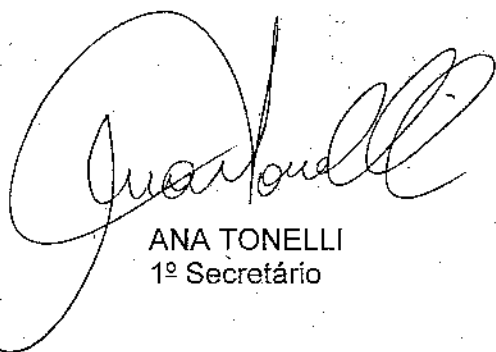
Art. 5º - A fim de dar cumprimento a este Ato, a Comissão deverá observar estas normas gerais na elaboração do Edital de Convocação em todos os atos do concurso.

Art. 6º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Ato nº 443, de 8 de abril de 1998.

A MESA



FELISBERTO NEGRI NETO
Presidente



ANA TONELLI
1º Secretário



JOSÉ CARLOS FERREIRA DIAS
2º Secretário

Registrado e publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Jundiaí, em dez de julho de dois mil e três (10/07/2003).



DJAIR BOCANELLA
Diretor Administrativo Interino